

Autor: Daniel Arantes Vicentine

A esquerda brasileira frente ao neoliberalismo: impasses e perspectivas.

Resumo

A proposta deste artigo é debater a estratégia da fração hegemônica da esquerda brasileira frente à implementação do neoliberalismo no Brasil, considerando a passagem de uma linha de ação mais combativa, durante os anos 1980, para uma postura de negociação e pactuação com os marcos do novo regime de acumulação, a partir dos anos 1990, culminando no acirramento da luta de classes ao longo da última década, com o breve ascenso das lutas populares e a resposta das classes dominantes por meio do golpe parlamentar de 2016. Buscar-se-á, da mesma forma, discutir os limites e contradições desta estratégia, a partir dos diferentes reveses experimentados pela classe trabalhadora durante este tempo, bem como apresentar alternativas de ação política para o tempo presente.

Palavras-Chave: Neoliberalismo, Partido dos Trabalhadores, Luta de Classes

Abstract

The purpose of this article is to discuss the strategy of the hegemonic faction of the Brazilian left in the face of the implementation of neoliberalism in Brazil. It considers the shift from a more combative line of action during the 1980s to a stance of negotiation and agreement with the frameworks of the new accumulation regime from the 1990s onwards. This culminated in the intensification of the class struggle over the last decade, marked by the brief rise of popular struggles and the response of the ruling classes through the parliamentary coup of 2016. Likewise, this article will seek to discuss the limits and contradictions of this strategy, based on the various setbacks experienced by the working class during this period, as well as to present alternatives for political action in the present time.

Keywords: Neoliberalism, Work's Party, Class Struggle

Os últimos quarenta anos da história brasileira foram caracterizados por mudanças políticas e econômicas em relação ao período desenvolvimentista-excludente que se encerrou ao longo dos anos 1980. Com todos os limites, que serão enumerados adiante, o país passou por uma transição política da ditadura para a democracia; de modo consoante, houve uma alteração importante no regime de acumulação, cujo resultado só se tornaria nítido ao longo dos anos 1990, com a reestruturação produtiva e a implementação do modelo neoliberal, ainda vigente, e que posteriormente encontraria sua fase de maior estabilidade justamente durante o governo de um partido historicamente vinculado à esquerda. Neste artigo, procuraremos recuperar as principais determinações deste período histórico, enfocando a estratégia que informou a esquerda brasileira, e, em especial, de sua fração hegemônica, o PT, de modo a compreender as potencialidades e limites de atuação da classe trabalhadora ao longo das últimas décadas, entre a oposição e a acomodação com o neoliberalismo.

A redemocratização brasileira e a ascensão do PT

O longo período de redemocratização do Brasil, que atravessou a metade final dos anos 70 e a década de 1980, colocou em tela um cenário de agudização das lutas de classes no Brasil. O modelo desenvolvimentista-excludente¹, capitaneado pela alta oficialidade das forças armadas ao longo de duas décadas, havia encontrado seus limites de reprodução a partir de dois fatores principais: em primeiro lugar, por meio da crise mundial que o capitalismo atravessava desde o início dos anos 1970, com os sucessivos aumentos dos preços do petróleo no mercado global, somados às resoluções do governo e do grande capital estadunidense em reverter a fuga de dólares dos Estados Unidos para outras regiões do planeta, com investimentos de maior rentabilidade. Neste sentido, o aumento exponencial da taxa de juros praticadas pelo Tesouro norte-americano (FED), implementado no ano de 1979, restringiu a principal fonte de financiamento do projeto

¹O segundo pós-guerra apresenta mudanças importantes na relação entre a periferia do sistema capitalista e os países imperialistas. Sem eliminar a existência de enclaves neocoloniais para extração de superlucros em diversas regiões do globo, há uma relativa expansão dos investimentos diretos em atividades de bens de consumo. A troca desigual entre centro e periferia se torna uma das principais formas de transferência de valor, por meio das diferenças de produtividade do trabalho (MARINI, 2012). De forma a sustentar a viabilidade da acumulação de capital em um país dependente, como é o caso do Brasil, houve uma aliança entre a grande burguesia e o imperialismo para apoiar e financiar o golpe de 1964, que por meio da coerção militar reprimiu as organizações da classe trabalhadora, então em franca ascensão, e defender um regime de acumulação baseado na superexploração da força de trabalho (IANNI, 1981).

econômico dos militares baseada no financiamento externo por meio de empréstimos obtidos a juros flutuantes. Em poucos anos, houve a aceleração da inflação, combinada com a recessão econômica (NETTO, 2014).

Aliado a isso, encontra-se um segundo fator: após a derrota estratégica da luta armada como forma de combate à ditadura, a classe trabalhadora se reorganizou politicamente no final da década de 1970, animada pelo combate às perdas salariais causadas pela alta da inflação e o arrocho salarial. Neste sentido, há um escalonamento das greves no principal polo industrial do país (o ABC paulista) e a conformação do chamado “novo sindicalismo”, que buscava romper com a tutela sobre o movimento sindical por parte do Estado, e a formação de um novo partido, doravante hegemônico no conjunto da esquerda brasileira: o Partido dos Trabalhadores (PT)². De outro lado, a Lei de Anistia possibilitou o retorno de figuras populares importantes, como Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes, que voltaram a influir na cena política. Tanto o PT como outras agremiações (PDT, PCB e setores do PMDB) vão atuar no sentido de encerrar o regime ditatorial, apesar das divergências estratégicas, ao longo da campanha das Diretas de 1984³.

A Ditadura, em defensiva, consegue manobrar um pacto intraelites (militar, política e parcelas importantes da burguesia), para ditar o ritmo e o significado da abertura política, evitando que a redemocratização abrangesse mudanças econômicas e sociais de vulto. Desta maneira, procurava-se evitar a repetição de uma conjuntura política similar ao período que antecedeu o golpe militar, com um ascenso dos movimentos populares⁴ (DEMIER, 2017). Neste contexto, a Emenda Dante de Oliveira, que restaurava as eleições presidenciais para o ano de 1984, foi derrotada. O gradualismo proposto pelos militares foi reiterado pela formação de um Colégio Eleitoral, entre os congressistas, para a

² Sobre o processo de lutas sociais do período, ver Mattos (2008)

³ É necessário colocar sob perspectiva o caráter popular das jornadas de manifestações que conforma as chamadas “Diretas Já”. Apesar da participação de diversas organizações populares, se encontrava sob a hegemonia de frações da burguesia liberal, que canalizou a campanha em torno da Emenda, em detrimento de sua associação com bandeiras caras à esquerda, como a luta anti-imperialista e em defesa de direitos sociais. Reflexo disto reside na consequência política da derrota das Diretas, que contribuiu, acima de tudo, para favorecer os opositores liberais no Colégio Eleitoral a ser realizado (NERY, 2014).

⁴ O processo de transição da ditadura militar para a democracia começou a ser gestado ainda durante o mandato presidencial de Geisel. A concepção de democracia que norteava o alto escalão do governo estava vinculada ao neoconservadorismo político, na qual a participação popular estivesse adstrita ao voto. Sendo assim, a alternância de poder não deveria significar mudanças políticas e econômicas de culto, garantindo-se a estabilidade institucional preconizada pelos neoconservadores em aliança com os interesses dos militares e do grande capital (DEMIER, 2017).

diplomação do novo presidente, preferencialmente um nome moderado da oposição - como de fato ocorreu, com a vitória de Tancredo Neves.

A derrota da proposição das eleições presidenciais diretas não significou um refluxo das lutas de massas no Brasil nos anos seguintes: o mandato Sarney, por seus próprios compromissos de classe e tutelado pelos militares, havia sido incapaz de conter a crise inflacionária brasileira ao longo de diversas iniciativas do Ministério da Fazenda, que ganhava contornos cada vez mais dramáticos perante as condições de vida da classe trabalhadora. Em resposta, houve o crescimento de importantes organizações dos trabalhadores, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), que organizaram diversas greves (setorizadas e gerais) ao longo de toda a década, por reposições salariais, melhores condições de trabalho, afora a recuperação da pauta pela Reforma Agrária⁵ (GIANOTTI, 2007). Ademais, o campo da esquerda se engajou no processo de elaboração da nova Constituição⁶, a ser promulgada no ano de 1988, de modo a defender direitos sociais e trabalhistas, resistindo às pressões da maioria conservadora do Congresso Nacional.

Por meio deste tópico, é possível compreender que o período que sucede o ocaso da Ditadura Militar, apesar de não apresentar um sentido radicalmente mudancista no regime de acumulação vigente no país, principalmente no que se refere a reformas estruturantes, possibilitou uma relativa expansão dos direitos sociais e políticos, assegurando o direito ao voto dos analfabetos e o direito universal à saúde e à educação, por meio de um novo ascenso da luta de massas do Brasil, estrangulada desde os anos 1960. Entretanto, conforme será assinalado em seguida, essa conjuntura sofre uma inflexão importante a partir da década seguinte, com o advento tardio do neoliberalismo ao Brasil.

⁵ É mister ressaltar que as lutas empreendidas pelos setores mais combativos da classe trabalhadora sofreram oposições intraclases, por meio de organizações sindicais e partidos que procuraram fracionar a unidade da classe trabalhadora, associados a entidades empresariais e em defesa de um sindicalismo de resultados, caso de segmentos da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) (MACIEL, 2012)

⁶ Florestan Fernandes, deputado constituinte, analisou o fenômeno da elaboração constitucional, oferecendo contribuições para a sua compreensão sobre uma ótica marxista: “o ordenamento constitui um meio que permite conciliar a desigualdade de riqueza, de cultura e de poder com um mínimo de equidade nas relações de classes desiguais ou de cidadãos pertencentes a classes desiguais. Sem o ordenamento constitucional e sua observância, a coexistência das classes se tornaria impossível” (FERNANDES: 1986, p.17). Com isso, Fernandes não defende que a Constituição seria um instrumento acima das classes, mas seria uma forma de assegurar a normalidade democrática. Algo de importância estratégica em um país como o Brasil, ao assinalar a incapacidade de as classes dominantes aceitarem este tipo de ordenamento até aquele período, mesmo considerando as demandas do desenvolvimento capitalista atingido pelo país ao menos desde os anos 1930.

O neoliberalismo e a inflexão das esquerdas brasileiras

O neoliberalismo representa um momento de ofensiva das classes dominantes dos países centrais (principalmente estadunidenses) contra as organizações da classe trabalhadora, que haviam experimentado vitórias importantes no pós-guerra, tanto na periferia (com os processos de descolonização) quanto nos países imperialistas (por meio da conquista de direitos e melhoria das condições de trabalho). Deste modo, os Estados imperialistas procuraram rebaixar os custos de reprodução do capital em escala mundial, oferecendo condições favoráveis para a acumulação através da retirada de direitos da classe trabalhadora e reestruturação das formas de produção; desregulamentação cambial para permitir o livre fluxo de capitais entre os diferentes países; privatização de ativos públicos e redução dos gastos primários do Estado; aumento da taxa de juros com o subsequente crescimento do endividamento público; implementação de política tributária regressiva (MONTORO, 2023).

Portanto, ao contrário de uma visão comumente encontrada entre analistas de política e de economia, que compreendem o neoliberalismo apenas como um conjunto de políticas econômicas de governo, consideramos sê-lo um fenômeno muito mais profundo, que caracteriza a forma de existência do capitalismo em sua fase tardia. A viragem da década de 1980 para 1990 apresentou um cenário favorável ao projeto do grande capital em escala planetária, tendo como principal evento histórico o enfraquecimento e a queda da União Soviética, alçando os Estados Unidos ao estatuto de única superpotência. Os impactos do encerramento da Guerra Fria se manifestaram em uma ofensiva da burguesia mundial sobre as classes trabalhadoras, arrastando novas áreas para o sua esfera de influência (caso do antigo bloco soviético), além da maior pressão para transferência de valor sobre a América Latina, por meio de um conjunto de recomendações econômicas expressas no Consenso de Washington, que visavam promover a abertura comercial da região e a liberdade de circulação de capitais, além de enquadrar as políticas macroeconômicas de cada país.

No Brasil, o esgotamento do modelo econômico desenvolvimentista, com o aumento do endividamento externo e da inflação, marcam os primeiros efeitos da ofensiva neoliberal sobre o país, como forma de garantir o aumento da transferência de valor entre a periferia e o centro capitalista. Entretanto, condicionantes políticos, expressos na formação de novas organizações de massas, evitaram que a resposta governamental para

esta crise se desse, ainda nos anos 1980, nos marcos estreitos do neoliberalismo - houve, pelo contrário, a conformação (ao menos no texto constitucional) de novos direitos para a classe trabalhadora. A complexa conjuntura apresentava o vislumbre de uma social-democracia tardia em um país periférico, quando, ironicamente, as burguesias dos países centrais operavam uma resposta cada vez mais autocrática, similar ao que ocorre nos países dependentes, ao minar os espaços políticos de negociação e atendimento de alguns interesses da classe trabalhadora organizada (FONTES, 2010).

A reação frente a este quadro não se fez esperar, por parte da classe dominante brasileira, que procurou esvaziar a democracia restaurada de aspectos sociais e econômicos igualitários. Diferentemente de 1964, quando houve uma intervenção de força para alterar o regime político, houve um progressivo esforço para cooptação e o mudancismo dos principais instrumentos de luta das classes populares (FONTES, 2010). Tal esforço se iniciou após a campanha presidencial de 1989, na qual a possibilidade de vitória de uma candidatura de esquerda (Lula ou Brizola) foi enfrentada com o amplo apoio midiático e empresarial à figura de Fernando Collor, ex-governador de Alagoas. Sua plataforma de governo apresentava a defesa do enxugamento da máquina do Estado, expresso na campanha contra o funcionalismo público (recebendo a alcunha de “caçador de marajás”), na defesa de privatizações de empresas estatais e da abertura comercial. Seguindo o discurso demagógico neoliberal, a campanha de Collor (e posteriormente, suas peças publicitárias de governo) apontavam que a contenção de gastos traria maior eficiência aos serviços estatais, aperfeiçoando a saúde e a educação públicas.

A vitória de Collor sobre Lula, candidato do campo popular, pode ser compreendida como um primeiro passo para a implementação do neoliberalismo no Brasil, que acompanha as tendências mundiais supramencionadas, ligadas ao discurso da globalização e do impedimento para a efetivação dos direitos consagrados na Carta Constitucional e da difusa composição socializante que se apresentavam nas organizações e mobilizações populares (FONTES, 2010).

O advento do neoliberalismo no Brasil: consequências sociais e políticas.

Dados os limites deste trabalho, não será possível analisar em detalhe os diversos aspectos que conformam a ofensiva neoliberal no Brasil e as lutas de classe ao longo dos anos 1990. Desta maneira, buscar-se-á oferecer um panorama geral que contribua para a

consecução dos objetivos do artigo, em especial dos fatores que levaram à esquerda a uma posição defensiva em relação ao período anterior.

O governo Collor trabalhou no sentido de desmontar uma série de instituições estatais que haviam sido criadas desde os anos 1930 no Brasil, exonerando milhares de servidores públicos. Além disso, os objetivos das políticas monetárias implementadas pelo governo tiveram como meta controlar a inflação e atrair capital estrangeiro ao Brasil - foram derrubadas diversas medidas associadas ao protecionismo estatal, iniciando a privatização de setores da economia como as telecomunicações⁷. Contudo, Collor não conseguiu controlar a espiral inflacionária, perdendo iniciativa política devido as denúncias de corrupção que o levariam a enfrentar um processo de *impeachment*, levando-o à renúncia (SAAD FILHO; MORAIS: 2018).

Será a partir do Plano Real, gestado e aprovado durante o governo Itamar Franco, que se constituirá a embocadura da macroeconomia neoliberal no Brasil. Conforme assinalam Saad Filho e Morais (2018)

O Plano Real continha três círculos viciosos. Primeiro, criou deliberadamente um déficit na conta de transações correntes. O superávit comercial de bens industriais, pacientemente construído desde o final da década de 1960, foi eliminado, tornando o Brasil estruturalmente dependente de fluxos inconstantes de capital estrangeiro para fechar o balanço de pagamentos. Isso exigiu taxas de juros permanentemente altas, que, por sua vez, perpetuaram a sobrevalorização da moeda, alimentaram o déficit da balança corrente e alimentaram a desindustrialização (SAAD FILHO; MORAIS: 2018)

Entretanto, o rápido tombo nos índices inflacionários, a partir de 1994, trouxe legitimidade para que o projeto liberal-conservador fosse chancelado nas eleições presidenciais, por meio da vitória do então ministro da Fazenda e garoto-propaganda da nova moeda: Fernando Henrique Cardoso. Os aspectos positivos do Plano Real, expressos

⁷ Conforme Saad Filho e Morais (2018): “O artigo 171 foi revogado, eliminando a distinção entre empresas brasileiras e estrangeiras. O item IX do artigo 170 foi modificado, permitindo que empresas estrangeiras explicassem o subsolo. O artigo 178 foi alterado para eliminar o monopólio estatal de transporte em rotas costeiras. O inciso IX do artigo 21 foi alterado para abolir o monopólio estatal das telecomunicações. O parágrafo 1º do artigo 177 foi reescrito para relaxar o monopólio estatal da exploração de petróleo, e o artigo 192, modificado para reduzir o controle estatal da seguridade social. As reformas constitucionais também levaram adiante o programa de privatização introduzido pela ditadura em reação à crise internacional da dívida e abriram espaço para a flexibilização do mercado de trabalho” (SAAD FILHO e MORAIS; 2018, p. 102).

no aumento da capacidade de consumo da população (inclusive de produtos importados) ocultaram temporariamente o aprofundamento da desindustrialização e desnacionalização da economia brasileira; as taxas de câmbio sobrevalorizadas, o aumento constante dos juros e a livre conversão da moeda provocaram o crescimento da presença de capital estrangeiro no país, a partir da importação crescente de mercadorias e o escalonamento do déficit na balança comercial (SAAD FILHO; MORAIS, 2018),

Como resultado deste processo, houve um agravamento das condições de vida da classe trabalhadora. Os empregos industriais, que contavam com melhores rendimentos, sofreram forte redução ao longo de toda a década de 1990 considerando o desmonte das cadeias de produção no setor público constituídas no período desenvolvimentista, a abertura comercial e a reestruturação produtiva⁸. Em contrapartida, houve um aumento dos postos de trabalho de baixa produtividade e de informais – mais da metade dos empregos criados durante o governo FHC tiveram essa característica - fora o crescimento do desemprego. Nesse sentido, os maiores rendimentos conquistados pelos trabalhadores com a redução da inflação foram neutralizados pela queda da participação dos salários na renda nacional (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

O processo de concentração e desnacionalização de capital, bem como a reprimitização da economia significou, no terreno da luta de classes, uma ofensiva burguesa contra os direitos trabalhistas e sociais da classe trabalhadora - já bastante moderados - conquistados no período anterior, bem como na blindagem do caráter social da Constituição de 1988, descaracterizada por sucessivas PECs e decretos residenciais ao longo de todo o governo Cardoso (BEHRING, 2021). Serviços públicos de forma geral, como educação e seguridade social, sofreram sucessivos cortes orçamentários por meio de mecanismos como a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e o superávit primário, que reorientaram parcelas crescentes do orçamento para o pagamento de juros da dívida pública, em uma transferência massiva de recursos para o grande capital financeiro.

⁸ Dentro da reestruturação produtiva promovida pelo neoliberalismo no Brasil, com a transferência para o setor financeiro da capacidade do Estado de alocar recursos para a produção, emprego e investimento em setores chave para a produção de bens industriais. Ademais, a abertura comercial, sob o manto do discurso ideológico do aumento da eficiência, promoveu a integração entre empresas nacionais e estrangeiras, acarretando o incremento de novos métodos de produção, que reduziram a quantidade de trabalho vivo e modificaram a composição fabril no país, com o fechamento de diversas plantas industriais na região de São Paulo para outros Estados, com sindicatos menos combativos. Por fim, diversas empresas locais, do ramo industrial, encerraram suas atividades, diminuindo ainda mais o número de empregos (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Em tal cenário, o sindicalismo brasileiro e a capacidade organizativa da classe trabalhadora enfrentaram um duro golpe, principalmente por meio da redução do contingente de trabalhadores em setores historicamente organizados (os metalúrgicos e os bancários, por exemplo). As lutas empregadas ao longo do período anterior perderam tração, de modo que o campo popular não conseguiu evitar as contrarreformas neoliberais e a reestruturação produtiva - neste contexto, assim como ocorrerá com o PT, houve uma acomodação de cunho defensivista por parte da principal central sindical do país, a CUT. A confrontação, caracterizada por mobilizações de massa e ações grevistas contra as políticas de arrocho, foi sendo gradualmente substituída por uma atuação própria do sindicalismo de resultados, mais afeita a negociação do que ao confronto com os capitalistas (ALVES, 2000).

Desde 1989, com a passagem de Lula para o segundo turno das eleições presidenciais, o PT havia consolidado a sua hegemonia sobre o conjunto da esquerda brasileira. A partir de seus primeiros anos, o partido havia conseguido um crescimento constante no número de deputados, vereadores e prefeitos, aumentando sua relevância na política nacional. Contudo, a partir da derrota para Collor, estava em curso um processo no interior do partido, já largamente estudado por intelectuais do campo do marxismo (COELHO, 2005; IASI, 2006; MANSUR, 2021) de esgarçamento da conexão entre os interesses da classe trabalhadora e os da cúpula partidária, a partir de seu crescimento eleitoral e a prioridade da estratégia partidária para as eleições⁹. Neste sentido, houve o aumento de quadros profissionalizados do PT, entre assessores e funcionários, desvinculados de uma trajetória militante, ao longo de toda a década de 1990, principalmente com o aumento do número de prefeituras. Esta tendência é reveladora de que a conquista do poder passa a ser compreendida cada vez menos como fruto da confrontação direta com o grande capital, visando um horizonte pós capitalista, em benefício de governos que acomodassem os interesses do capital e do trabalho¹⁰, ao estilo

⁹ De modo a evitar confusões conceituais, é importante assinalar a nossa concordância teórica com a análise de Coelho (2005), firmada sobre os apontamentos de Gramsci, acerca do fenômeno da burocratização. É notório o estudo de Robert Michels (1982) acerca da tendência inerente aos partidos (incluindo os socialistas) para a oligarquização; em oposição, Gramsci afirma que esta tendência pode ser combatida por “formação de um estrato médio o mais numeroso possível entre os chefes e as massas, que sirva de equilíbrio para impedir os chefes de se desviarem nos momentos de crise radical e para elevar sempre mais a massa” (GRAMSCI *apud* COELHO: 2005, p. 467).

¹⁰ A estratégia Democrático Popular, gestada a partir do V Congresso do partido, norteia as ações do PT a partir de uma compreensão específica da formação social brasileira, calcada na incompletude das tarefas democratizantes do capitalismo brasileiro, que havia experimentado um desenvolvimento acelerado ao longo do período histórico anterior (desenvolvimentista), aumentando a concentração de capital por parte de uma burguesia acostumada a responder de forma violenta as pressões e interesses da classe trabalhadora.

da social-democracia europeia. Tal alteração de rota, que beneficiou os grupos mais moderados do partido, não ocorreu sem percalços internos: houve diversos enfrentamentos entre as alas majoritárias e os grupos mais associados à esquerda radical. Contudo, o contexto global de derrota histórica da classe trabalhadora - expressos principalmente na derrota da URSS e no advento do neoliberalismo - favoreceu o rebaixamento programático, sob o discurso de que a correlação de forças era desfavorável para um embate mais direto pelo poder. É possível acompanhar este quadro por meio das resoluções congressuais do partido, ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, na qual há uma flexibilização das alianças políticas, antes restritas ao campo da esquerda, em prol da consecução de um pacto social, de cunho policlassista, que abrangeria os setores produtivos da burguesia brasileira (BRITO, 2019).

Os efeitos supramencionados da ofensiva neoliberal se fizeram sentir no crescente desgaste do presidente Fernando Henrique Cardoso, principalmente a partir do segundo mandato, quando ocorre a forte desvalorização da moeda brasileira, associada diretamente aos condicionantes macroeconômicos do Plano Real (SAAD FILHO; MORAIS, 2018). Da mesma forma, houve o aumento do desemprego e da miséria social, bem como a piora nos serviços à população, simbolizadas dramaticamente no apagão elétrico durante o ano de 2001. O alto índice de rejeição do tucano tornava possível a vitória de um candidato de oposição, como de fato ocorreu com a vitória de Lula em 2002.

O zênite da estrela: os dois primeiros mandatos de Lula.

A chegada de Lula ao governo transcorre, neste sentido, em um ambiente mudancista, na qual não apenas o Brasil, mas diversos países latino-americanos cancelaram candidaturas mais ou menos radicais em sua oposição aos governos neoliberais. Entretanto, o processo de moderação programática, conforme assinalado no tópico anterior, prevaleceu e se aprofundou no período imediatamente anterior às eleições de 2002: a candidatura petista assumiu o compromisso de não contestar os principais aspectos da economia política estabelecida por Fernando Henrique Cardoso. A margem para as mudanças esperadas seria estreita, com o atendimento marginal de demandas da

Desta maneira, caberia ao PT o papel de orientar a crítica da institucionalidade burguesa, bem como organizar as classes subalternas com o proletariado à frente, para preparar os trabalhadores para governar. Assim, seria operada uma transformação do Estado brasileiro, historicamente autocrático, em prol de sua abertura aos interesses da classe trabalhadora (IASI; FIGUEIREDO, NEVES, 2018).

classe trabalhadora, que, conforme veremos, dependeriam de uma conjuntura econômica favorável para serem mantidas.

Neste cenário, o governo Lula se inicia sob um forte superávit primário (3,75%), promovido pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci, acompanhado por iniciativas econômicas antipopulares, tais como a Reforma da Previdência para os servidores públicos, aumentando a idade de aposentadoria e dificultando seu acesso - esta medida, em particular, sofreria uma forte oposição de parcelas importantes da esquerda, inclusive no seio do Partido dos Trabalhadores, abrindo margem para divisão e formação de uma nova legenda: o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

O cenário externo favorável, conformado pelo boom global das commodities que valorizavam os principais produtos de exportação nacional, possibilitaram a manutenção de seguidos superávits comerciais ao longo da década de 2000, e o impulso ao crescimento econômico. Nesta quadra histórica, foi possível ao governo Lula sustentar uma expansão de políticas sociais sem promover quaisquer medidas redistributivas, que desafiassem a alta concentração de renda da sociedade brasileira. Surgiram programas como o Luz para Todos, o Programa de Cisternas e o Prouni, que viabilizaram o acesso à eletricidade, água potável e à universidade milhões de brasileiros, especialmente das regiões norte e nordeste do país. Contudo, o motor principal da popularidade lulista consistiu no Bolsa Família, programa de transferência de renda, e na seguida valorização do salário-mínimo; possibilitando o aumento do consumo das famílias - por conseguinte, houve o aquecimento do mercado interno e o aumento nos índices de emprego, principalmente no setor de serviços e na construção civil. Se o governo perdia apoio entre as parcelas mais organizadas dos trabalhadores, abrangendo o funcionalismo público e movimentos sociais como o MST, esta tendência seria contrabalançada pelo apoio de segmentos historicamente desorganizados politicamente, ligados ao trabalho informal e à miséria extrema; uma maioria silenciosa, mas que seria determinante para o sucesso eleitoral do PT dali em diante (BOITO JR, 2018).

Desta maneira, Lula conseguiu contornar diversas crises políticas, tanto internas ao campo da esquerda (como racha que forma o PSOL), quanto em sentido mais amplo, como foi o caso do escândalo do mensalão, durante o ano de 2005, na qual a oposição e grande parte da grande mídia atuou no sentido de desgastar o governo, sendo inclusive cogitado o *impeachment*. Frações importantes da burguesia brasileira, como é o caso do

setor industrial, atuaram no sentido de proteger o governo¹¹. Sob tais circunstâncias, Lula conseguiu chegar à eleição de 2006 com altos índices de popularidade, obtendo uma fácil vitória contra Geraldo Alckmin, no segundo turno.

Em seu segundo mandato, houve uma aposta do governo em promover a expansão do gasto público por meio de parcerias com grandes empresas brasileiras, entre construtoras e do ramo alimentício, as chamadas campeãs nacionais. Neste sentido, houve uma política de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para favorecer estas empresas com juros baixos ou subsídios, afora o apoio para investimentos externos (principalmente em países da África e da América Latina (BOITO JR, 2018). Ademais, o governo elaborou um programa de obras públicas (o PAC), calcado na construção de moradias e infraestrutura, no contexto de preparação do país para recepcionar megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol. Estas medidas, tonalizadas de um verniz desenvolvimentista (ao qual o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, detiveram protagonismo) não foram suficientes, conforme assinalaram os intelectuais mais vinculados ao petismo à época, para romper os marcos do neoliberalismo em prol de um novo tipo de desenvolvimento¹². Entretanto, o cenário era de otimismo para o Brasil: Lula encerra seu mandato com índices de aprovação na casa dos 80%, sendo incensado por governos e analistas econômicos estrangeiros (ANDERSON, 2019). Aparentemente, o país passaria incólume pela crise de 2008, que à época assolava a Europa e os Estados Unidos.

As Jornadas de Junho e o início da crise política

A crise do governo Dilma, iniciada a partir do ano de 2013, apresenta aspectos significativos para a compreensão das contradições que permeiam o petismo, sendo

¹¹ Ver Boito Jr (2018).

¹² Boito Jr. se utiliza do prefixo “neo” para diferenciar a política econômica petista do ciclo de desenvolvimento experienciado pelo Brasil entre os anos de 1930 e 1980. Dentre os aspectos mais importantes nesta diferenciação, se destacam a aceitação da reprimarização do capitalismo brasileiro, bem como a ausência de qualquer postura nacionalista da burguesia brasileira frente ao imperialismo. No nosso entender, estes aspectos repõem a atualidade da análise empreendida por Ruy Mauro Marini em *Subdesenvolvimento e Revolução*, na qual o autor, ao analisar as determinações que levaram ao golpe militar de 1964, aponta para a opção política do conjunto da burguesia brasileira, inclusive a fração industrial, em aceitar o papel de sócia menor do imperialismo estadunidense, de modo a solucionar os entraves à acumulação capitalista daquele período (MARINI, 2017).

posteriormente compreendida pela maioria do partido enquanto uma mera conspiração, parte direta do golpe parlamentar que ocorreria três anos depois, contra a mesma presidente¹³. Entretanto, é mister enfatizar que o motor das manifestações estiveram coligados ao alto custo de vida e a precarização dos serviços públicos, sendo o mote inicial o aumento da tarifa dos transportes públicos na cidade de São Paulo (posteriormente reverberada para diversas partes do país), em um contexto de altos investimentos do Estado na criação de arenas esportivas para os megaeventos a serem realizados (DEMIER, 2017).

Na superfície, as manifestações pareciam ocorrer como um raio em céu azul, conforme o entendimento do governo e da grande mídia à época. Os indicadores correntes na avaliação da economia se afiguram positivos, com baixo desemprego e o aumento sustentado do poder de compra dos trabalhadores. Contudo, estava em curso uma violenta resposta das classes subalternas aos aspectos mais deletérios das duas décadas de contrarreforma neoliberal, com a precarização dos serviços de educação, saúde, transporte e moradia públicas, em benefício da iniciativa privada. Neste contexto, é possível verificar o crescente endividamento das famílias, arcando com gastos crescentes em aluguéis, planos de saúde e escolas privadas, sendo que estava posto um limite objetivo para o aumento da renda para milhões de brasileiros, considerando a natureza da maioria dos empregos formais criados ao longo dos dez anos anteriores, de até dois salários-mínimos. A passividade das massas frente à este quadro, obtida por meio da ofensiva ideológica dos aparatos de mídia, da diuturna violência policial, assim como do já mencionado transformismo da principal organização da esquerda brasileira, estava sendo desafiada, de forma objetiva, durante este breve período (DEMIER, 2017)

Evidentemente, conforme a história posterior reitera, as chamadas Jornadas de Junho não resultaram em um enfrentamento sistemático ao neoliberalismo e à impermeabilidade do regime democrático aos interesses dos trabalhadores (nos dizeres de Demier, “a democracia blindada”), mas como uma insatisfação popular aos seus efeitos mais deletérios presentes em seu cotidiano (DEMIER, 2017). A revolta contra o

¹³ A maioria do campo petista, incluindo Lula, defendeu a tese de que a manifestação foi urdida por intervenções do imperialismo norte-americano - é corrente, desta forma, encontrar a utilização de conceitos como de guerra híbrida ou revolução colorida (MENDES, 2023), que acabam por superdimensionar o peso das estratégias militares no terreno da política (que não devem ser ignoradas, note-se), em detrimento da luta de classes. É digno de nota mencionar que houveram exceções importantes, como o caso da própria ex-presidente, Dilma Rousseff, que defende a tese de um caráter conflitivo entre os neoliberais-conservadores e o campo popular sobre os sentidos das manifestações, que acabaram sendo vencidas pelos primeiros (ALTMAN; CARLOTTO, 2023).

aumento da passagem, capitaneada por uma pequena organização estudantil - o Movimento Passe Livre - se desdobrou em manifestações setorizadas em defesa de melhor qualidade de vida, a partir da demanda de grupos específicos. Naquele momento, começava a se apresentar de maneira mais perceptível uma fissura entre parcelas da esquerda, em especial ligadas a movimentos sociais¹⁴ e organizações advindas do meio universitário, e o governo petista, em uma condição que favoreceu a ampliação das pautas populares em tela no debate público. Desta forma, o contexto que se segue ao mês de junho impulsionou diferentes lutas dos trabalhadores ao redor do país, com o aumento no número de greves em categorias como educação e limpeza urbana, que mobilizaram milhares de trabalhadores (MATTOS, 2020).

Frente a este quadro, a classe dominante brasileira, por meio de seus aparatos de mídia, se utilizaram do contexto de desgaste com a forma vigente de legitimação política do neoliberalismo no país e de seu principal operador - o Partido dos Trabalhadores - para imprimir pautas de seu interesse na agenda pública, como a bandeira anticorrupção - historicamente uma ideologia da direita política, para deslocar a percepção dos problemas sociais ocasionados pela ordem do capital em direção ao sistema político, que seria o locus *per se* de práticas corruptas, sem que se aponte qualquer saída para além do campo moral e jurídico (DEMIER, 2017); por exemplo, prender e desqualificar os elementos infratores (muitas vezes sem o cumprimento do devido processo legal), reforçando o punitivismo como a solução para as mazelas do país. Neste contexto, há o aparecimento de diversas organizações (a maioria recém-criadas, com forma de organização baseada no uso de redes sociais) da direita brasileira nas ruas, de perfil societário diferente dos grupos que já estavam nas ruas, que passam a disputar espaço com a esquerda por meio de palavras de ordem (“sem partido”), pautas divergentes (como a defesa do ultraliberalismo, de pautas ligadas ao conservadorismo moral e o combate à corrupção), chegando a ocorrer agressões físicas e verbais (SINGER, 2018). O MPL, que perdia a iniciativa política das manifestações, não chamou novos atos, quando o aumento da tarifa foi revogado na cidade de São Paulo¹⁵.

Pelo lado da burguesia, pode-se depreender o motivo principal para que a ofensiva midiática sobre o governo federal tivesse início vincula-se à tendência de queda do

¹⁴O movimento que melhor encampou a luta por moradia, em um modelo diverso ao de mercantilização do espaço urbano no contexto dos megaeventos, foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que realizou diversas ocupações em imóveis desabitados e em situação irregular, principalmente na cidade de São Paulo, onde conseguiram conquistar diversas moradias para milhares de famílias.

¹⁵ Sobre os detalhes deste período, ver Altman e Carlotto (2023)

crescimento econômico, bem como da taxa de lucro do grande capital, como efeito tardio da crise de 2008 no Brasil. *Pari passu* às manifestações verificava-se um gradual deslocamento de parcelas da burguesia em relação ao governo Rousseff, que passavam a demandar um rigoroso ajuste fiscal e o corte de direitos dos trabalhadores, como forma de reversão deste cenário de menor lucratividade do capital. Ademais, havia uma desconfiança desta classe sobre o governo, que demonstrava perder a capacidade de garantir a paz social, fundamental para garantir as altas taxas de lucro durante os dez anos anteriores.

Neste sentido, a ideologia antiestatista servia perfeitamente, ao provocar a ojeriza de boa parte da população contra a classe política - e, em especial, as figuras mais importantes do PT - além de estigmatizar fortemente os segmentos da população que faziam uso de programas sociais como o Bolsa Família, sob alegação de favorecer o clientelismo e a ociosidade. A Operação Lava Jato, desencadeada em março de 2014, será o complemento necessário para encorpar a ofensiva do grande capital sobre o governo, ao focar escândalos de corrupção ligados às administrações petistas e buscar apertar o cerco sobre a principal figura do partido: Lula.

Portanto, é mister assinalar que os anos de 2013 e 2014 representam um período de recrudescimento da luta de classes no Brasil, a partir do aprofundamento da crise econômica e dos limites da concertação petista. Conforme visto, cresciam as mobilizações convocadas por trabalhadores e estudantes. Por outro lado, a ofensiva midiática sobre o governo, visando a sucessão presidencial de 2014, crescia. A grande novidade do período foi o reaparecimento de uma direita de massas no Brasil, capaz de ir às ruas para defender seus interesses políticos - algo que não ocorria desde o período do golpe de 1964, com a “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”. Neste cenário, consideramos um equívoco considerar que o golpe parlamentar de 2016 é um resultado linear do processo histórico vivenciado nestes dois anos, sendo esta uma leitura que desconsidera o fator dialético da luta de classes como um componente decisivo do processo histórico e da estratégia política.

O governo buscou recuperar sua popularidade por meio de medidas que agradassem a esquerda e a direita, simultaneamente. Apesar dos desgastes enfrentados por outros políticos importantes, como o prefeito e o governador de São Paulo à época, fôra Dilma Rousseff quem sofrera o maior revés. Nos meses que sucederam junho, a presidente experimentou uma enorme queda de popularidade, de 57% para 30%, só

parcialmente recuperada no ano seguinte. Para a direita, o governo reiterou o compromisso com a responsabilidade fiscal e o controle; afirmou o compromisso com a luta anticorrupção (em uma tentativa de tentar atrair a pauta para seu campo, evitando ser tragada por ela) a partir da regulamentação da delação premiada e do endurecimento para penas de crimes de corrupção. Ao campo da esquerda, a presidente prometeu maiores investimentos em saúde, educação e transportes, algo inviável de se cumprir considerando o compromisso com a restrição dos gastos primários - desta forma, as iniciativas foram tímidas, sendo digna de nota a construção do programa Mais Médicos, que trouxe médicos de Cuba para atender regiões carentes brasileiras (SINGER, 2018).

Durante o ano de 2014, o governo elaborou um discurso de campanha pautado na valorização das conquistas sociais dos mandatos petistas, de maneira a sustentar o apoio de sua principal base eleitoral: o eleitorado de baixa renda. Foram feitas peças publicitárias que alertavam para o risco de uma vitória dos principais candidatos de oposição: Marina Silva e Aécio Neves, enquanto figuras associadas a banqueiros e que, uma vez no poder, retirariam direitos sociais e trabalhistas, além de favorecer uma política privatista. A campanha obteve sucesso, mas por uma margem estreita: apenas três milhões de votos separaram Dilma do candidato tucano (SINGER, 2018).

O golpe de 2016: o fim de um ciclo histórico?

Pautar a campanha por um viés à esquerda permitiu ao PT se manter no poder em um cenário difícil para o partido, na qual a oposição apresentou chances reais de vitória pela primeira vez desde 2002. Entretanto, os efeitos desta vitória rapidamente se esvaíram: menos de um ano e meio depois, Dilma seria removida do cargo a partir de um golpe parlamentar. Compreender as determinações que balizam a crise do impeachment, quase dez anos depois, engloba aspectos que vão muito além da política institucional, ainda que predominem análises desta natureza - principalmente no que se refere a análises personalistas dos principais atores envolvidos: Dilma Rousseff, Michel Temer e Eduardo Cunha. Apesar de não dever ser desconsiderada, esse tipo de análise inverte a prioridade entre o que é principal e secundário no estudo da política, obscurecendo o papel da luta de classes, que será aqui enfatizado.

Conforme assinalado anteriormente, o Brasil experimentava o agravamento da crise econômica, ao qual as classes dominantes respondiam com pressões fiscalistas e por

corte de direitos, de maneira a recompor as taxas de lucro. O governo Dilma, ao invés de confrontar a recessão por meio de medidas contracíclicas - o que neste contexto representaria uma opção de classe - optou por contemporizar com o grande capital: apostou na colocação de um economista proveniente do mercado financeiro no Ministério da Fazenda (Joaquim Levy), na adoção de um forte ajuste fiscal e no aumento da taxa de juros. Durante o ano de 2015, verificou-se o aumento do desemprego, a alta do custo de vida e uma queda de 3% no Produto Interno Bruto. A base eleitoral petista rapidamente se descolou do governo, deixando a popularidade de Dilma a meros 10% (SINGER, 2018).

Entretanto, o fato de adotar a política econômica do candidato derrotado, Aécio Neves, não ofereceu margem de apoio entre o grande capital e o Congresso. Os primeiros exigiam uma adesão ainda mais profunda ao modelo neoliberal, ao qual o governo, ao menos em um primeiro momento, não parecia capaz de oferecer. De outro lado, a chegada à presidência da Câmara do deputado Eduardo Cunha representou uma mudança significativa das relações entre os poderes Legislativo e Executivo, com o escalonamento da pressão e da chantagem sobre a presidência da República, para atender pautas do interesse de Cunha e aumentar o seu controle sobre o orçamento público; durante todo o ano de 2015, Cunha manobrou o poder de levar a plenário um dos diversos pedidos de impeachment que chegaram à sua mesa.

Enquanto isso, nas ruas, travava-se uma disputa extremamente desigual. Se até o ano anterior houvera um cenário de mobilizações com algum predomínio da esquerda frente à direita, o quadro agora se invertia. A ofensiva midiático-burguesa, com a decisiva parceria entre a Operação Lava-Jato e os conglomerados de mídia, incensou o tema da corrupção como o principal problema do Brasil, principalmente a partir dos escândalos relacionados à Petrobras e grandes construtoras nacionais. Em um contexto de crise, na qual a população sentia uma piora da qualidade de vida, tal narrativa conquistou maior aderência entre a população - especialmente entre os setores médios - como justificativa. Neste sentido, as convocatórias para os atos que pediam o impeachment de Dilma Rousseff alcançaram números expressivos de manifestantes, chegando aos milhões em São Paulo. Desta maneira, os atos retroalimentaram a ofensiva burguesa sobre o governo, em campanhas como Não Vou Pagar o Pato, promovida pela Fiesp para encampar medidas de seu interesse, e que simbolizou a adesão deste segmento à oposição, tornando-o um dos símbolos da campanha pelo *impeachment* (SINGER, 2018).

De outro lado, à frustrada tentativa de atender aos interesses do grande capital por meio da mudança de orientação econômica do governo seguiu-se uma estratégia de resistência à frio, frente às crescentes mobilizações golpistas, pautada principalmente na defesa jurídica ao processo de impeachment, quando Eduardo Cunha finalmente autorizou a abertura do processo, em dezembro de 2015. Ademais, somente frações mais politizadas da esquerda conseguiam compreender a necessidade de defender o mandato de Dilma nas ruas, e ao mesmo tempo criticar o estelionato eleitoral cometido pelo governo; os atos que denunciavam o golpe contaram com apenas uma pequena fração das mobilizações pelo *impeachment*.

A principal base eleitoral do governo, calcada no grande contingente de trabalhadores informais e subempregados, permaneceu passiva frente aos acontecimentos. As razões podem ser encontradas a partir de fatores estruturantes da própria relação entre as lideranças petistas e as classes trabalhadoras, pautada na perspectiva de que caberia ao Estado proteger os trabalhadores por meio de políticas públicas, em troca de um apoio (tão somente) eleitoral, sem que exista uma iniciativa por parte do governo para organizar este segmento da classe trabalhadora para contrabalançar o conservadorismo do Congresso Nacional ou as pressões do grande capital sobre o governo, possibilitando avanços (BOITO JR, 2018). Aqui, se desvela de maneira nítida a opção política do petismo, desde os primórdios do governo Lula, em não ir além do que fosse considerado aceitável por parte do conjunto da burguesia brasileira. Ademais, o descumprimento das promessas da campanha de 2014 tornaram ainda mais remota a possibilidade de que esta silenciosa maioria se propusesse a defender o governo. Portanto, um partido que logrou se tornar a principal potência eleitoral do país demonstrou ser incapaz de resistir, de modo contundente, à ofensiva da direita e do grande capital, levando à classe trabalhadora a uma de suas maiores derrotas políticas na história brasileira, no ano de 2016.

Conclusão

Dentro do modo de produção capitalista, conforme a compreensão dos teóricos vinculados à Teoria Marxista da Dependência, a categoria de desenvolvimento aparece como unidade dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento (MARINI, 2012). Sob este prisma, foi possível superar uma visão, de cariz positivista, que defende

uma tendência histórica para que os países caminhem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, sem que exista um entendimento da totalidade integrada do modo de produção capitalista e de seu caráter contraditório. Apesar destas contribuições valorosas ao marxismo latino-americano, houve um apagamento por parte da academia e da militância política em relação aos aspectos mais importantes da TMD para compreensão da realidade brasileira, que apenas recentemente passou a ser combatido.

Neste sentido, a orientação política de se buscar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, de modo a corrigir as distorções e insuficiências (frise-se o caráter moralista destas caracterizações) do capitalismo nacional, foi perseguida por diferentes correntes políticas ao longo do século XX, incluindo as hegemônicas no campo da esquerda, principalmente no período que antecede o golpe militar de 1964. O PT, nascido durante o ocaso da ditadura e abertamente crítica da experiência e da estratégia pecebista anterior, repôs, sob novas bases, enfatizando a necessidade de democratização do Estado e o acesso ao mercado de consumo para as amplas massas - tarefas necessárias a serem cumpridas, antes de se constituir uma correlação de forças favorável à transição socialista. Conforme visto, esta concepção estratégica que orientou o partido, principalmente a partir dos anos 1990, deu vazão para a moderação dos programas de governo, o privilégio dado ao momento das eleições em detrimento da disputa por hegemonia no seio da sociedade civil.

O relativo sucesso dos governos Lula 1 e 2 em reduzir os graus mais extremados de miserabilidade da população brasileira, bem como o acesso inédito para milhões de brasileiros às universidades, afora questões básicas para a vida moderna, como o acesso a eletricidade, conformaram políticas públicas de inegável importância, dado o grau de concentração de renda que a formação social brasileira historicamente apresenta. No entanto, os principais aspectos que informam as determinações do capitalismo dependente brasileiro não foram enfrentados, entre os quais se destacam: a superexploração de trabalho; a concentração fundiária e a reprimarização da economia nacional. Desta forma, há uma confusão que assola parcelas predominantes da esquerda brasileira, ao associar a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, com uma correção de rota nos marcos em que se reproduz o capitalismo no país, estaria associada a uma efetiva socialização do poder político, tornando permeável à classe trabalhadora o acesso ao poder de Estado (IASI, 2018). Os efeitos de uma imprecisão teórica desta natureza podem ser percebidos no abandono de uma política de confrontação com o grande capital, em prol de soluções de compromisso, que passam a ser compreendidas como garantia da estabilidade da democracia burguesa, pelo lado político, e mola

propulsora de iniciativas para corrigir as distorções que se apresentam no capitalismo brasileiro, no plano econômico. Quando a conjuntura política e econômica sofreu uma alteração substantiva, quando os efeitos da crise de 2008 se tornaram mais nítidos a nível nacional, houve uma desintegração deste projeto, com a incapacidade do governo Rousseff apresentar alternativas para atender os interesses das classes trabalhadoras revoltadas, por um lado, e em enfrentar de maneira efetiva, pelos próprios compromissos estabelecidos, a ofensiva da burguesia que culmina no golpe parlamentar de 2016.

Enfatizar esses aspectos da história recente brasileira não se limita ao exercício teórico de precisar as determinações que informam este período (sem que se negligencie esta tarefa); consideramos que estes debates incidem sobre a atual conjuntura política. Nossa hipótese é de que o retorno ao prosaíno da vida política por parte do presidente Lula para um terceiro mandato (2023-2026), não deve ser compreendido como uma reafirmação histórica da viabilidade da estratégia democrático-popular como meio para a democratização do Estado, ou mesmo, sob uma perspectiva mais modesta, uma repetição da experiência de seus primeiros governos - a orientação macroeconômica do atual mandato foi expressa logo em seus primeiros momentos, por meio da implementação do Novo Arcabouço Fiscal, que carrega um sentido de continuidade com as políticas econômicas de seus dois predecessores, calcada na restrição dos gastos primários do governo. Ademais, promessas de campanha, como a reversão da contrarreforma trabalhista implementada por Michel Temer, não foram postas em prática, até o presente momento.

Neste sentido, procuramos efetuar um recorte mais amplo da trajetória da esquerda brasileira, abarcando os últimos quarenta anos, como forma de se compreender como, mesmo eivada de limites e contradições, a trajetória inicial que conforma o Partido dos Trabalhadores (mas não apenas) traz lições importantes para a luta política, por meio da postura conflitiva e da colocação em tela de um projeto alternativo ao das classes dominantes. Tanto as Jornadas de Junho, apesar das insuficiências teórico-organizativas em construir um projeto antagônico ao neoliberalismo, quanto as mobilizações de massa em prol da construção de um Estado mais permeável aos interesses dos trabalhadores, durante a década de 1970 e 1980 - também estas jornadas eivadas de limites - mostram a possibilidade de se obter vitórias da economia política do trabalho sob o capital. Neste sentido, Gramsci (2022) assevera para a importância do aprendizado por meio da luta e do acúmulo de forças, no qual os trabalhadores vão desvelando a necessidade de se organizar coletivamente para defender seus interesses, primeiro de forma setorializada,

posteriormente de maneira universal, englobando toda a classe. É neste momento em que se põe em tela a capacidade das grandes massas fazerem a política, combinando a luta por conquistas dentro da ordem do capital com o objetivo estratégico de superá-la.

Entretanto, para que a classe trabalhadora brasileira, depois de décadas de acomodação com a ordem neoliberal, possa novamente retomar a iniciativa política no sentido apresentado acima, é preciso superar a fobia das insurreições e mobilizações de massa - como ocorre principalmente em relação a experiência de junho de 2013 - e a prioridade do momento eleitoral e da construção da governabilidade nos marcos da democracia burguesa, que serve justamente para manter uma posição de fragilidade da classe trabalhadora brasileira frente à contínua ofensiva das classes dominantes do país.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovanni. **Do "novo sindicalismo" à "concertação social":** ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). Revista Sociologia e Política. Curitiba, 2000, ano 7, n.15, p. 111-124
- ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria. **Junho de 2013: A rebelião fantasma.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.
- ANDERSON, Perry. **Brasil à Parte.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- BEHRING, Elaine. **Fundo público, valor e política social.** São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- BOITO, Armando. **Reforma e crise política no Brasil.** Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital:** Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: A dialética da democracia blindada no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República?.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo:** teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GIANOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3:** Notas sobre o Estado e a política; tradução Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho - 11. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.
- IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor (orgs). **A estratégia Democrático-Popular:** um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- MACIEL, David. **De Lula à Dilma Rousseff:** crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. Marxismo 21: 2013. Disponível em:

<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/D-Maciel.pdf>. Acesso em: 06 de abril de 2025.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MENDES, Mateus. “A revolução colorida brasileira”. In. **Junho de 2013: A rebelião fantasma**, org. ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria, 49-61. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

MONTORO, Xavier Arrizabalo. **Capitalismo e Economia Mundial**. São Paulo: Hucitec Editora, 2023.

NERY, Vanderlei Elias. “Diretas já: mobilização de massas com direção burguesa”. In. Milton Pinheiro (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 247-269.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura militar- brasileira**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini - vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2008

_____. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Usina Editorial, 2020.

SAAD FILHO; MORAIS, Lécio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016

FULANO, Fulano. Um artigo científico. Revista de Ciências: a fonte do conhecimento em ciências. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, ed. 1, p. 10-20, fev. 2024. Disponível em: <https://canaltech.com.br/>. Acesso em 15 de março de 2024